



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Regresso ao ensino presencial em tempos de Pandemia-COVID-19

O SPLIU exige ao Governo a vacinação prioritária dos docentes e medidas de prevenção e segurança máxima

Nos últimos dias tem-se verificado, felizmente, uma redução do número de novos infetados, do número de internamentos, e do número de óbitos, a par do aumento do número de casos recuperados, como resultado das medidas de confinamento implementadas, ganhando relevância entre as mesmas, o encerramento das escolas, num momento de grave emergência sanitária.

Tais indicadores relativos à atual situação epidemiológica, fazem antever a decisão do regresso, a curto prazo, ao modelo de ensino presencial, o único capaz de assegurar uma matriz educativa de tendencial igualdade nos processos de ensino-aprendizagem e, sobretudo, no apoio sistemático aos alunos com maiores dificuldades no plano cognitivo-comportamental.

O SPLIU manifesta a sua concordância com o regresso ao ensino presencial, logo que estejam reunidas as condições para o efeito, com prioridade para as crianças do pré-escolar, e dos alunos do 1º e do 2º ciclo do ensino básico.

Contudo, o SPLIU exige ao Governo que, nesta ocasião, o retorno ao ensino presencial seja precedido de medidas muito rigorosas de prevenção e segurança máxima nas escolas.

Para além da implementação efetiva de todas as medidas sistematicamente reivindicadas pelo SPLIU, como sejam, o reforço dos dispositivos de prevenção e segurança, e o aumento da dotação de pessoal docente e não docente, esta Associação Sindical Independente, exige agora ao Governo que implemente de imediato as seguintes medidas:

- Obrigatoriedade da utilização de máscara facial pelos alunos do 1º ciclo do ensino básico;



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

- Testagem imediata de alunos, docentes e assistentes operacionais em exercício de funções nas escolas de referência em funcionamento;
- Testagem dos alunos, professores e pessoal não docente em momento anterior ao regresso à escola;
- Vacinação imediata dos docentes e demais pessoal auxiliar em exercício de funções nas escolas de referência em funcionamento;
- Vacinação dos professores e assistentes operacionais em momento anterior do regresso ao ensino presencial.

Todavia, consciente das dificuldades relativas à disponibilidade de vacinas, o SPLIU exige ao Governo um sinal político inequívoco de consideração e de respeito pelo trabalho dedicado e empenhado que os professores têm vindo a desenvolver em tempos de grave pandemia, e, que dessa forma, considere no âmbito do Plano Nacional de Vacinação, a criação de uma área de programação sequencial de vacinação dos docentes em exercício de funções nas escolas, devendo-se começar imediatamente pelos educadores e professores com 60 ou mais anos de idade, e, estabelecer uma calendarização adequada à proteção sequencial dos docentes das faixas etárias dos 50 aos 59 anos, dos 40 aos 49 anos, e assim sucessivamente.

O SPLIU continuará muito atento e vigilante sobre a (in)ação do Governo na área da Educação na atual conjuntura de saúde pública, e, tudo fará na defesa determinada dos esforçados e abnegados profissionais que representa.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2021

A Direção Nacional